



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CAMPUS - I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ALUSKA DE SOUTO BORGES MEDEIROS

**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE:
UM ESTUDO DE CASO**

**CAMPINA GRANDE
2016**

ALUSKA DE SOUTO BORGES MEDEIROS

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE:

UM ESTUDO DE CASO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Pedagogia em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba.

Orientadora: Prof^ª. Dra Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

CAMPINA GRANDE

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M488e Medeiros, Aluska de Souto Borges
Evasão escolar no ensino profissionalizante [manuscrito] : um estudo de caso / Aluska de Souto Borges Medeiros. - 2016.
34 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha,
Departamento de Educação".

1. Escola profissionalizante. 2. Ensino. 3. Abandono escolar.
4. Planejamento participativo. I. Título.

21. ed. CDD 373.246

ALUSKA DE SOUTO BORGES MEDEIROS

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE:
UM ESTUDO DE CASO

Artigo apresentado como requisito parcial para
a obtenção do título de Licenciado (a) em
Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Aprovado em: 09/02/2010

Nota: 9,0 (nove)

BANCA EXAMINADORA

Valda G. G. Rocha

Prof. Dr. Valda Gutemberg Gonçalves Rocha

Orientadora

Maria José Guerra

Prof. Dr. Maria José Guerra

Banca Examinadora

Maria do Socorro Moura Montenegro

Prof. Dr. Maria do Socorro Moura Montenegro

Banca Examinadora

Ao meu pai, que mesmo ausente, se FAZ tão presente,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer durante esta caminhada, que não foi fácil, mas agora, feliz, porque estou colhendo os frutos. Acima de tudo, sou grata a Deus por ter me dado esta oportunidade e forças para continuar e vencer este desafio.

Ao meu pai, Porfírio Borges (*in memória*), e a minha mãe, Regina, pelo amor e carinho que sempre tiveram comigo e que nunca é demais dizer: AMO VOCÊS.

Aos meus irmãos e sobrinhos por tornarem meus dias mais coloridos.

Ao meu esposo, pela compreensão e encorajamento para a execução deste trabalho.

A minha orientadora, Vagda Rocha, pela paciência com que conduziu esse trabalho.

A minha querida amiga, Gláucia, por seu cuidado comigo.

À Instituição SENAI, em especial a Yuri Saraiva, Emerson Jerônimo, Sandra Medeiros, Vamberto de Oliveira e Raphaela Dias, pelo decisivo apoio na realização desse trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse trabalho hoje seja realidade: muito obrigada!

“Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas.
Pessoas transformam o mundo”.
Paulo Freire

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – GÊNERO DOS ALUNOS	20
Gráfico 2 – IDADE DOS ALUNOS	20
Gráfico 3 – RENDA FAMILIAR DOS ALUNOS	20
Gráfico 4 – ESCOLARIDADE DOS ALUNOS	21
Gráfico 5 – VÍNCULO EMPREGATÍCIO DOS ALUNOS	21
Gráfico 6 – TRANSPORTE UTILIZADO PELOS ALUNOS	22
Gráfico 7 – SE OS ALUNOS JÁ PENSARAM EM DESISTIR	22
Gráfico 8 – DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ALUNOS	23
Gráfico 9 – GÊNERO DOS ALUNOS	24
Gráfico 10 – IDADE DOS ALUNOS	25
Gráfico 11 – TOTAL DE ALUNOS POR TURMA	25
Gráfico 12 – ÍNDICE DE EVADIDOS POR TURMA	26
Gráfico 13 – MOTIVOS DA EVASÃO	26
Gráfico 14 – ÍNDICE DE CONCLUSÃO POR TURMA	27
Gráfico 15 – EVASÃO POR TURNO	27

SUMÁRIO

	RESUMO	
1	INTRODUÇÃO	08
2	REVISÃO DA LITERATURA	10
2.1	Educação Profissional	10
2.1.1	Evasão Escolar	15
3	METODOLOGIA.....	18
4	ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS	19
5	AÇÕES IMPLANTADAS NA UNIDADE	28
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	ABSTRACT	31
	REFERÊNCIAS	32

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: UM ESTUDO DE CASO

RESUMO

O presente artigo tem o propósito de analisar os principais motivos acerca da Evasão Escolar nos cursos de habilitação técnica em calçados oferecidos em uma unidade do SENAI-PB, a fim de apontar o perfil dos alunos evadidos ou que estão predispostos a abandonar/evadir. Foi utilizada, para a coleta de dados, a pesquisa quantitativa e qualitativa, através de questionário semiestruturados com os alunos em curso, mas que apresentam índices de evasão e análise documental, tendo como base as informações geradas pelo Sistema de Gestão Educacional da unidade. O universo pesquisado constou de 100 alunos que participaram desta pesquisa respondendo ao questionário. Nosso referencial teórico é formado pelos conceitos de evasão escolar de Gaioso (2005), Riffel e Malacarne (2010) e sobre as causas que motivam tal fenômeno de Barroso e Falcão (2004), Fonseca (1961) e Dore (2013). Observa-se que as diversidades sociais, econômicas e culturais colaboram para a pluralidade de causas referentes à evasão. Dessa forma, os resultados deste estudo permitem propor ações em torno de orientações pedagógicas e familiares, além de sugerir a implantação de aulas mais práticas voltadas para as exigências do mercado de trabalho, que podem ser adotadas como formas de assegurar a permanência dos alunos no curso.

Palavras-chave: Escola profissionalizante. Ensino. Abandono escolar. Planejamento participativo

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, discutem-se os principais motivos da evasão escolar no curso técnico de calçados oferecido em uma unidade do SENAI-PB. Com base na pesquisa documental que foi realizada na unidade, obtiveram-se os dados referentes à quantidade de alunos ingressos, evadidos e concluintes nas turmas de 2014 a 2015. Tal estudo envolveu a coleta de dados através do Sistema de Gestão da unidade, possibilitando reaver as informações necessárias de todos os alunos ingressos no período selecionado para a pesquisa. Podemos, ainda, descrever o perfil do aluno com maior predisposição a abandonar/evadir os cursos técnicos, através dos questionários.

A evasão escolar é um assunto muito discutido atualmente e que preocupa alguns profissionais da educação, sendo bastante difícil de identificar e contornar essas causas no

sentido de garantir a permanência do aluno na escola. Essas discussões estão, na sua grande maioria, voltadas para a educação básica (ensino fundamental e médio), ainda sendo raros os estudos com relação à evasão dos cursos técnicos. Conforme Machado e Moreira (2009, p.3):

A ausência de estudos sobre o tema pode estar relacionada ao fato de que o processo de democratização da escola técnica de nível médio no Brasil apenas se iniciou. E se a democratização do ensino significa o acesso dos estudantes à escola e a sua permanência nos estudos, a crise em um desses dois termos se mostra um problema. A evasão se refere justamente aos fatores que levam o estudante a não permanecer nos estudos. É, portanto, uma questão relacionada à democratização da escola técnica no país.

Diz Fonseca (1961, p. 297) acerca da evasão: “[...] A maior causa da evasão escolar é econômica. Geralmente as famílias retiram os filhos das escolas quando eles já têm certos conhecimentos profissionais que os habilitam a trabalhar e, dessa maneira, a ajudar os orçamentos domésticos”. Gaioso (2005, p. 9) define a evasão como sendo a “[...] interrupção no ciclo de estudo [...]”.

Segundo Barroso e Falcão (2004, p. 151), as condições que motivam a evasão escolar são classificadas sob três agrupamentos: i) econômico – impossibilidade de permanecer no curso por questões socioeconômicas; ii) vocacional – o aluno não se identifica com o curso; iii) institucional – abandono por fracasso nas disciplinas iniciais, deficiências prévias de conteúdos anteriores, inadequação aos métodos de estudo e dificuldades de relacionamento com colegas ou com membros da instituição.

A evasão é um problema complexo e devemos entender que existem fatores internos à escola, como também os externos desse aprendiz. O que precisamos levar em consideração é o que a escola representa para esse sujeito em determinado momento da sua vida. Neste cenário de evasão escolar, definido inicialmente, percebe-se a dificuldade em se entender esse fenômeno, já que não tem uma causa única e fechada, em cada comunidade um desafio diferente. É um conjunto de fatores que interfere no desenvolvimento do estudante.

O presente estudo tem como cenário o ensino técnico que é estabelecido pela Lei nº 9394/96 e refere-se aos estudos realizados em concomitância do ensino médio com o curso profissionalizante.

Considerando que entre muitos dos problemas ligados à evasão escolar, a CNI (2011) salienta como o maior desafio do sistema educacional formal e profissional brasileiro é preparar os jovens e adultos para um mercado de trabalho em enorme mutação tecnológica e organizacional. E que sendo o ensino técnico a forma de acesso mais rápido a esse mercado

de trabalho o índice de evasão, porém, é alto e tal acontecimento vem se configurando como uma constante preocupação.

O interesse em discutir esse tema surgiu pelo trabalho realizado na secretaria escolar da unidade, onde se observa a ocorrência de um grande percentual de alunos evadidos e não concluintes do curso técnico em calçados. Com isso, esse estudo tem como objetivo geral analisar os principais motivos e causas que contribuíram para a evasão escolar do curso técnico, como também traçar o perfil dos alunos evadidos e que estão com intenção de evadir.

Com essas informações pretende-se definir ações para prevenir a evasão escolar, de forma a assegurar a permanência e conclusão desses alunos nos cursos técnicos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Até chegar a configuração de educação profissional que temos hoje, se faz necessário um breve histórico da Educação no Brasil. Na descrição do dicionário Caldas Aulete (2008, p. 380), “Educação [é] ação ou resultado de educar-se. A educação é fundamental para o desenvolvimento da capacidade física, moral e intelectual do ser humano visando à integração social”. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, determina que: *“a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB- Lei n.º 9.394/96, art. 1.º).

A linha do tempo da História da educação no Brasil se confunde com a descoberta do país e a chegada dos portugueses, que por meio da Companhia de Jesus passaram a catequisar os povos indígenas. O método pedagógico implantado pelos jesuítas perdurou por cerca de 210 anos, finalizando quando Marquês de Pombal expulsou os catequizadores e passou a organizar a escola para servir os interesses da Coroa portuguesa. Com a vinda da Família Real foram abertas escolas militares, escolas de direito e medicina, a Biblioteca Real e o Jardim Botânico. Descreve Fonseca (1961, p.68):

A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

Em 1889 a Família Real deixa o Brasil e Marechal Deodoro da Fonseca proclama a República e dois anos depois é promulgada a 1ª Constituição, que prioriza o ensino leigo nas escolas públicas em oposição ao ensino religioso, que predominou durante todo o período colonial, assim o país entra no século XX realizando grandes reformas educacionais. Essas reformas tentam reconduzir a educação para novos métodos de ensino.

Em 1930, Getúlio Vargas assume o poder de forma provisória e dissolve o Congresso, neste período a mão de obra especializada se torna uma exigência. No mesmo ano é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública onde foi estruturada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que passava a fiscalizar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. Essa Inspetoria foi transformada, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional. Foi um período de grande ampliação do ensino industrial, estimulada por uma política de criação de novas escolas industriais e inclusão de novas especializações nas escolas existentes.

A Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129:

“O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.”

Esse processo de industrialização e modernização das relações de produção obrigou as camadas governantes para um posicionamento mais efetivo em relação à educação nacional. Com isso, reforça a dualidade entre as formações intelectualizada e instrumental, uma vez que

se ampliam o número de escolas e cursos voltados ao atendimento dos diversos ramos profissionais.

Em 1941 entra em vigor uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema”, que reestrutura todo o ensino no país e tinha como principais pontos:

O ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;

O ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão;

Os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (MEC, 2009, p.4).

Nesse período, ressalta-se à criação do SENAI (1942) e do SENAC (1946), sistema privado de educação profissional que, junto com as iniciativas públicas, objetivava atender às demandas provenientes da divisão social e técnica do trabalho organizado, sob a égide do paradigma taylorista-fordista.

Em 1961, depois de extenso período de tramitação e debates, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira é promulgada (Lei nº 4.024/1961), carregando transformações significantes para a educação profissional, apesar de que ainda não havia suplantado o dualismo estrutural, na perspectiva da existência de duas modalidades distintas de ensino.

A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos ramos secundário e terciário, conduzem ao reconhecimento da legitimidade de outros saberes, que não só os de cunho acadêmico, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo. Pela primeira vez a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos. (KUENZER, 2007, p. 29).

Em 1971, durante o governo militar, há uma grande reforma da educação básica, proporcionada pela Lei nº 5.692/71 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus -, tentativa de estruturar a educação de nível médio brasileiro como sendo profissionalizante para todos.

Nesse processo, com o passar dos anos a profissionalização compulsória vai perdendo força. No final dos anos 1980 e na primeira metade dos anos 1990, quando, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, entra em vigor uma nova LDB, a Lei nº 9.394/1996, a partir da qual, o ensino profissionalizante no Brasil, supera os enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país.

No documento “Proposta em Discussão: Políticas públicas para a educação e tecnológica (MEC, 2004)”, encontramos a defesa por uma educação profissional, tanto em termos nacionais, quanto mundiais,

[...] como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica. Suas dimensões quer em termos conceituais, quer em suas práticas, são amplas e complexas, não se restringindo, portanto, a uma compreensão linear, que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais. No entanto, a questão fundamental da educação profissional e tecnológica envolve necessariamente o estreito vínculo com o contexto maior da educação, circunscrito aos caminhos históricos percorridos por nossa sociedade.

O SENAI tornou-se um eficiente formador e qualificador de profissionais, parceiro técnico e provedor de tecnologia para a indústria brasileira, o que pode ser comprovado pelos dados apresentados a seguir e disponíveis no site do SENAI (<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/>):

- a) de 1942 a 2013, o SENAI qualificou e profissionalizou mais de 61 milhões de alunos em todo o país;
- b) 3.417.579 matrículas em Educação Profissional e Tecnológica foram realizadas em 2013;
- c) sua infraestrutura está presente nos 26 estados e no Distrito Federal, atuando com 817 Unidades Operacionais no Brasil, mantendo 69 parcerias internacionais com 34 países;
- d) cada colaborador do SENAI é responsável por uma parcela expressiva dos seus resultados. Ao todo, incluindo profissionais terceirizados, são 23.151 profissionais em todo o Brasil;
- e) sua missão é promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira.

A então presidente, Dilma Rousseff, 2012, em visita à sede do Sistema Industrial, em Brasília, justificou o fortalecimento da indústria como forma de dar continuidade ao

crescimento brasileiro e destacou que é preciso investir em inovação, ciência, tecnologia e capacitação profissional.

“[...] País rico é país capaz de manter sua indústria crescendo, competitiva capaz de inovar e educar esse nosso povo. Tenho certeza que com a nossa flexibilidade característica, nossa capacidade de criação transformará o nosso país num dos grandes celeiros de inovação do mundo”.

Essa proposição é válida, tanto para países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento. Os trabalhadores deverão estar muito melhor preparados para lidar com as novas tecnologias de produção e de organização da produção que determinam a competitividade das empresas e a prosperidade das nações, condicionando a eficiência com que se produz a capacidade criativa das pessoas e a agregação de valor aos produtos e serviços. Por isso, as empresas e os países precisarão, cada vez mais, de pessoas talentosas e bem treinadas para promover e sustentar o crescimento em longo prazo. O capital humano terá papel ainda mais crucial nesta nova fase da indústria (CNI, 2014, p. 9).

A educação profissional e tecnológica é a modalidade educativa que se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Envolve os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ou os de qualificação profissional, de educação técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (LDB, art. 39).

“A educação profissional técnica de nível médio destina-se a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, com o objetivo de proporcionar a habilitação, qualificação, aperfeiçoamento e especialização, podendo ser estruturada e oferecida segundo itinerários formativos que possibilitem qualificações intermediárias” (LDB 9394/96 Art. 36-B e C).

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I – Integrada – oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II – Concomitante – oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, ou que esteja cursando o ensino médio. Aqui, a complementaridade, entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III – Subsequente – oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. De maneira complementar, a educação profissional é um meio de preparação para áreas profissionais e para uma efetiva participação no mundo do trabalho, além de um aspecto de aprendizado ao longo da vida e uma preparação para uma cidadania responsável (UNESCO, 2001).

Para Silva (2012), a educação técnica e profissional possui um significativo dever e importância social, para que grandes modificações sociais e econômicas aconteçam. Para o autor, a educação profissionalizante que pretende inserir ou reinserir o indivíduo no mercado de trabalho, assegurando a ele os direitos trabalhistas e sociais, traz grandes benefícios e tem um grande papel a cumprir na sociedade.

2 1.1 EVASÃO ESCOLAR

O fenômeno da evasão escolar representa um problema educacional que afeta instituições públicas e privadas, gerando perdas para o indivíduo e para a sociedade. Refere-se a um fenômeno de difícil explicação, por ser resultado da interação de vários fatores como proposta de ensino, modelos de avaliação, interação entre pares, contexto social e familiar, entre outros.

Esta parte do trabalho pretende levantar as definições de evasão e identificar os motivos deste fenômeno ocorrido no curso em estudo. Entende-se evasão escolar como sendo a interrupção ou abandono pelo aluno de um curso ou programa em caráter definitivo (Glossário da Educação Profissional, www.senai.br/glossario). Em suma, pode-se entender a

evasão escolar como a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo e que, no ano seguinte, não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos.

Segundo a definição do MEC no Censo 2009, evasão é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa. Há três modalidades de evasão, conforme indica o MEC: (i) desligamento do curso superior em função de abandono (não matrícula), transferência ou reescolha, trancamento e/ou exclusão por norma institucional; (ii) desligamento da instituição na qual está matriculado (evasão da instituição); (iii) abandono definitivo ou temporário do ensino (evasão do sistema).

Evasão escolar é quando o aluno deixa de frequentar as aulas, é o ato de fugir; abandonar; sair; desistir; não permanecer em algum lugar, segundo Riffel e Malacarne (2010).

Se for a abundância de contextos que podem ser apontados como evasão, isso já torna a avaliação do tema altamente complexo, o que dizer, então, quando se acrescentam nesse campo de investigação as causas da evasão. De acordo com Dore e Lüscher (2011, p. 776 apud Rumberger 2004, p. 45), um dos mais importantes pesquisadores dessa questão nos Estados Unidos, entender as causas da evasão é o segredo para encontrar soluções para o problema.

A evasão escolar se percebe em razão da junção de diversos fatores e não exclusivamente de um especificamente. Descobrir o problema e enfrentá-lo é o melhor modo de fornecer o retorno efetivo do aluno à escola. Combater a evasão escolar exige cuidado diário, justamente por ser resultado de vários fatores, dessa forma a evasão não pode ser combatida por ações pontuais. Evidencia DORE (2013):

“A evasão é um processo, existem diferentes sinais enviados pelo aluno de que eles estão em situação de risco e que precisam ser captados. Identificar esse aluno é um trabalho difícil, mas muito menos complexo do que o de trazer o aluno de volta para a escola, depois que já a abandonou”.

Em uma pesquisa realizada em 100 países do mundo, pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), revelou que a taxa de evasão escolar no Brasil é de 25% da população estudante, isso quer dizer que 1 a cada 4 alunos que estudam o ensino fundamental desistem antes de terminar o último ano. Ocupando assim a 3ª maior taxa de evasão.

Segundo pesquisadores da área da educação, os jovens reconhecem a importância da escola, mas muitos têm dificuldades de acompanhar o conteúdo, por este não ser alinhado

com as suas necessidades, diante deste dado a ONU (Organização das Nações Unidas), sugeriu que o Brasil adotasse políticas públicas educacionais ambiciosas.

Sabendo que o aluno hoje é sinestésico, um aluno que sente e que observa, ele quer viver a experiência. Um aluno que está cercado por tecnologias, e que já tem acesso ao conhecimento, mesmo não estando na escola, precisa vivenciar essa prática, para que ele possa ter mais entusiasmo na sua vida acadêmica. A escola tem que ser um ambiente que acolhe, que desafie, e que ofereça múltiplas possibilidades de aprendizado, logicamente que esse é um caminho a ser trilhado sempre.

Diante da evasão escolar, é preciso que a formação dos novos profissionais da educação contemple as necessidades de um ensino que esteja voltado, cada vez mais, para a realidade do estudante. Esse é o caminho que deve ser tratado na academia, é preciso saber trabalhar com essa diversidade, compreender as necessidades educativas especiais que vão ser trabalhadas dentro das escolas, não esquecendo, também, as questões culturais.

Esse é um trabalho que envolve a família, a sociedade e, obviamente, a formação do professor. De acordo com Leite e Tassoni (2013), o elo entre família e estudos e o modo como à família de cada aluno se comporta em relação ao seu desempenho escolar influencia, de certa forma, nos resultados obtidos na escola, independente de condição social. Gomes e Bastos (2011, p. 223) destacam:

É indispensável, portanto, que o aluno perceba que seus pais buscam motivá-lo para obter este sucesso, pois eles são a força motriz para o bom desempenho dos filhos. Por isso é de suma importância entender que o desempenho escolar individual de cada aluno depende não apenas do seu rendimento em sala de aula e da competência de seus professores, mas depende também, do apoio da base familiar que este aluno encontra em sua casa.

À medida que as causas da evasão vão sendo diagnosticadas, a escola assume papéis complementares para preencher os espaços que afastam crianças e adolescentes do ensino. Esse processo acontece desde o conteúdo que é trabalhado na escola, até o papel do professor. Como este vê a educação? O que o conhecimento representa para este aluno que está em suas mãos? E é a partir dessa concepção do professor em relação ao processo de aprendizagem que ele organiza o seu processo de ensino.

No combate à evasão e também na busca por uma escola atenta às necessidades do estudante, o professor assume uma postura no processo de aprendizagem que não deve ser

aquela de uma figura tão distante e revestida de autoridade, mas que possa inspirar o respeito e a importância da formação.

Não só o conhecimento científico deve ser levado em consideração, mas a relação humana, conhecer o aluno, estabelecer laços de afetividade com esse aluno e que ele sinta que a escola é um espaço de crescimento, que é um espaço bom para a vida dele, podendo, assim, buscar e alcançar, dentro dessa escola, muitos sonhos. Por que qual a criança, qual é o jovem, qual é o adulto que não sonha? Então, a escola precisa trabalhar nessa perspectiva, pois a educação também pertence a esse âmbito. Segundo Leite e Tassoni (2013, p. 265 apud DÉR; FERRARI, 2000, p. 66) diz que:

As conquistas intelectuais do categorial permitem ainda ao jovem apresentar condutas que impõem exigências racionais às relações afetivas, exigências que estão relacionadas à necessidade de respeito recíproco, de justiça, de igualdade de direitos e refletem as novas necessidades surgidas na adolescência, tornando mais complexas as formas de o jovem demonstrar sua afetividade.

Assim sendo, a afetividade incorpora as construções da inteligência, ampliando suas formas de manifestação.

Um ponto importantíssimo destacado pela pesquisa diz respeito ao grande número de estudos para explicar a evasão escolar. É bom reforçarmos que, ainda assim, são poucos os estudos sobre evasão escolar na modalidade de Educação Profissional. A escassez de informações sobre evasão escolar na Educação Profissional no Brasil dificulta o aprofundamento do tema (Lüscher, 2011, p.157).

No entanto, se faz necessária a elaboração de diversas estratégias para manter os alunos num curso. Ações devem ser idealizadas, com uma concretização efetiva, para, dessa forma, atender às mais variadas necessidades dos alunos, que vão desde os fatores educacional, social, econômico e de localização.

3 METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa iniciou em março de 2015 com duração até novembro do mesmo ano. Na *primeira* etapa fez-se necessário realizar um levantamento através de leituras e análise de material bibliográfico sobre o tema fracasso/evasão escolar. Essa pesquisa foi

realizada em periódicos, teses, sites, dissertações e livros publicados no Brasil. Num *segundo* momento, realizou-se uma pesquisa documental através do Sistema de Gestão Educacional da unidade, propiciando formar a listagem da população de estudo. As listagens das turmas oportunizaram a coleta de dados para a verificação da situação de cada aluno. Após conhecidas às primeiras informações, fez-se necessário levantar a quantidade de alunos concluintes, de evadidos e em situação regular na unidade. Optou-se por verificar a situação de registro de cada aluno, pois a partir de 2013 a instituição começou a fazer um acompanhamento regular da situação dos alunos agrupados por turma. Por último, mas não menos importante, foi feito o levantamento dos dados referentes à evasão, o que se pôde identificar quais foram às ações tomadas pela unidade para evitar o problema de evasão do curso técnico.

4 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Para uma melhor organização metodológica, este capítulo será dividido em duas categorias; na primeira, mostraremos os resultados obtidos com os alunos a evadir, ou seja, aqueles que mencionaram que têm intenção de abandonar a instituição; na segunda categoria, discutiremos os alunos que já evadiram, ou seja, desistiram do curso.

No sentido de identificar os motivos que levaram à evasão dos alunos (segunda categoria) ingressos no ano letivo de 2014, dos cursos técnicos, foram aplicados questionários, nos quais os alunos indicaram as possíveis dificuldades enfrentadas no curso.

Com relação aos alunos evadidos (primeira categoria), contamos com os dados coletados do Sistema de Gestão Educacional da unidade e com o acesso às planilhas de controle do SOPE (Serviço de Orientação Psicológica e Educacional) que informam as tentativas de negociação com o aluno.

Quem são os alunos a evadir?

Confira os gráficos abaixo, relacionados aos alunos com intenção a evadir dos cursos de habilitação técnica em calçados.

De acordo com os dados obtidos, os alunos com perfil a evadir possuem perfil socioeconômico e educacional similares. Observou-se que a quantidade de alunos do sexo feminino é maior (57%), conforme mostra o gráfico 01, mesmo sendo uma área onde o sexo masculino é mais predominante.

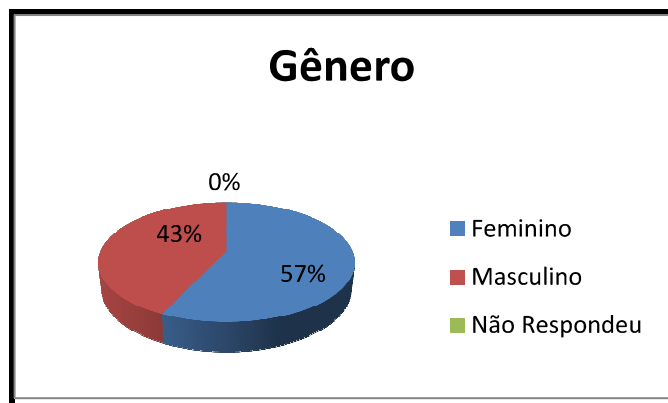


Gráfico 01: Gênero dos alunos
Fonte: Dados Próprios

Verifica-se que a maioria dos alunos do curso está na faixa etária entre 15 e 20 anos (94%), isso se deve pela maioria dos cursos serem em concomitância com o ensino médio.

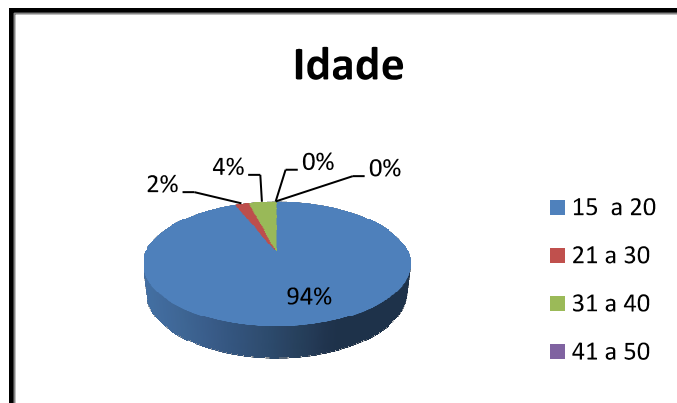


Gráfico 02: Idade dos alunos
Fonte: Dados Próprios

De acordo com os dados coletados, os alunos são provenientes de família de baixa renda (01 a 03 salários mínimos), conforme mostra o gráfico abaixo:

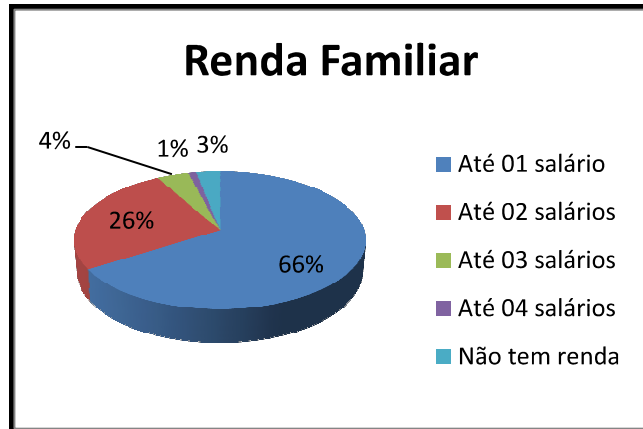


Gráfico 03: Renda familiar dos alunos
Fonte: Dados Próprios

Observa-se, também, que 65% dos alunos não concluíram o ensino médio. Isso se deve pela modalidade em que estão inseridos na habilitação técnica concomitante. Quando indagados sobre a procedência, 100% declararam que são de escola pública.

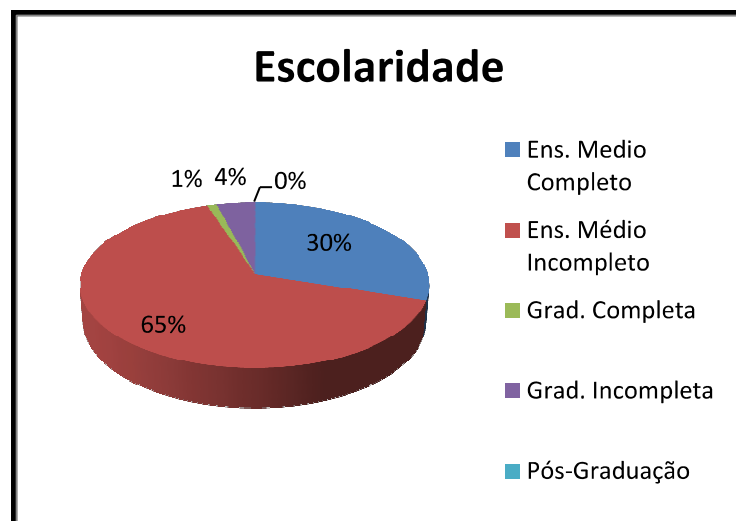


Gráfico 04: Escolaridade dos alunos
Fonte: Dados Próprios

Nota-se que 77% dos alunos não exercem atividade com remuneração, pois 56% deles estão na faixa etária entre 15 e 20 anos.

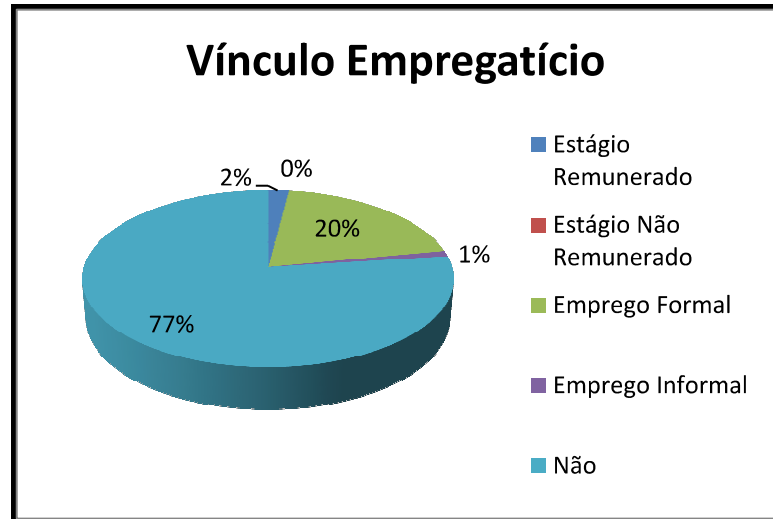


Gráfico 05: Vínculo empregatício dos alunos
Fonte: Dados Próprios

Os dados analisados indicam que 40 % dos alunos utilizam transporte público, seguido de 25% dos que utilizam os ônibus de estudantes, pois residem em outros municípios, 20% tem seu próprio transporte, 10% vão de carona e 5% vão a pé, por morarem próximo à unidade.

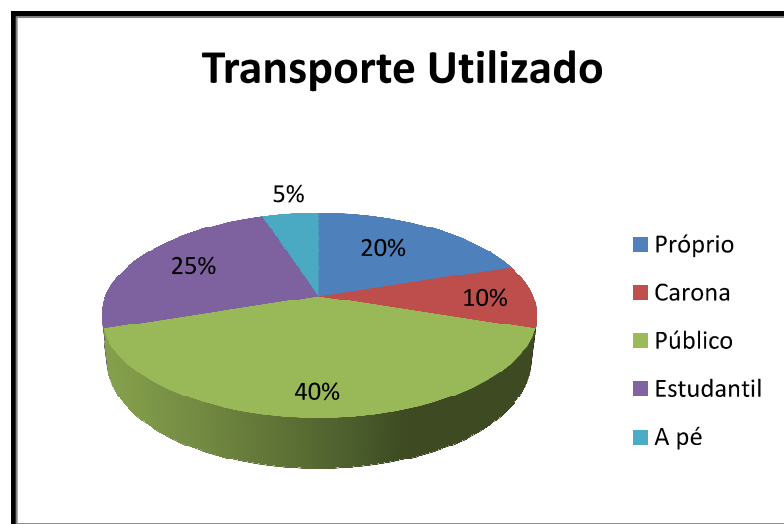


Gráfico 06: Transporte utilizado pelos alunos
Fonte: Dados Próprios

Conforme mostra o gráfico abaixo, quando indagados se já haviam pensando em abandonar o curso, 56% dos alunos confirmaram que sim e 44 % disseram que não.

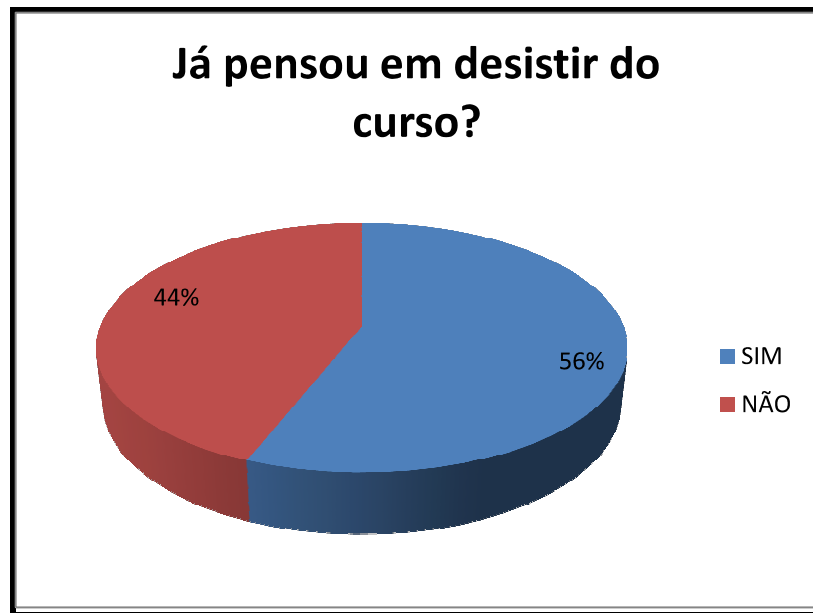


Gráfico 07: Se os alunos já pensaram em desistir
Fonte: Dados Próprios

Depois de indagados sobre a pretensão de evadir dos cursos, os alunos foram questionados sobre quais as maiores dificuldades que eles enfrentaram no andamento, sendo essa talvez a pergunta crucial para traçar o perfil destes alunos. Conforme mostra o gráfico a seguir, 40 % dos alunos responderam que a metodologia utilizada em sala de aula muitas vezes não causa motivação, 23% disseram que a mobilidade dificulta o andamento do curso, 20% responderam que os problemas com a situação financeira é outra dificuldade, 10% apontaram outras particularidades que dificultam e 1% não se identificaram com o curso.

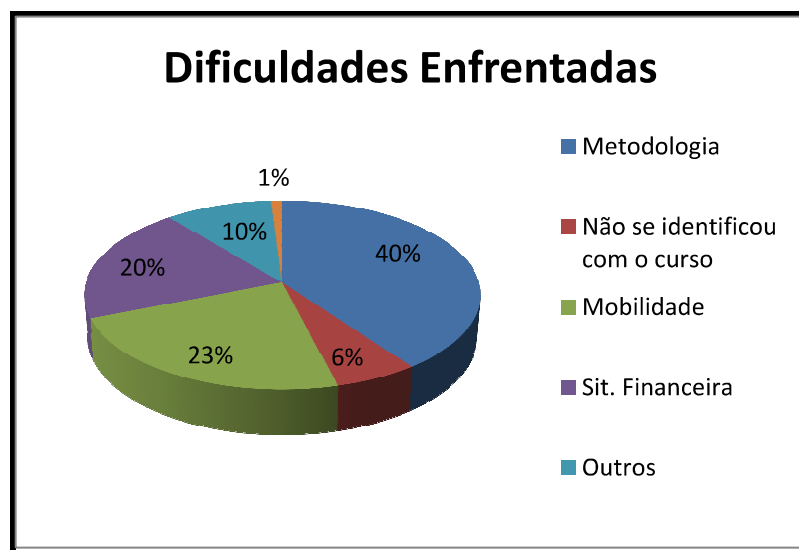


Gráfico 08: Dificuldades enfrentadas pelos alunos
Fonte: Dados Próprios

Na tentativa de traçar o perfil do aluno, tomaremos por base os dois últimos gráficos que se referem a fatores internos à instituição, no que diz respeito a questões didático/pedagógicas em geral. O grande número de alunos (56%) nos indicou que em algum momento já haviam pensado em desistir, o que nos deixou em estado de alerta, e quando fomos ver os motivos apontados, nos deparamos com a metodologia utilizada no curso como principal fator pela desmotivação dos alunos em continuarem no curso. Para Menegolla (1989, p.28):

O professor necessita selecionar os conteúdos que não sejam portadores de ideologias destruidoras de individualidades ou que venham atender a interesses opostos aos indivíduos. De acordo com o ponto de vista do referido autor, a seleção de conteúdos é de alto valor pedagógico, que deve estar direcionados aos interesses sociais, culturais e históricos do aluno, para que as aulas sejam significativas e atraentes, que sirva, para o despertar ideológico, conduzindo para o meio social como cidadão crítico, questionador e formador de opiniões. No entanto, a evasão escolar diante das análises e de vários fatores sociais, culturais, históricos e econômicos, estão incluídos nestas causas e consequências. Como também a escola possui sua parcela de culpa juntamente com o apoio pedagógico e professores que não procuram ser mais criativo nas suas aulas, pois sabemos que vivemos em um mundo globalizado e a sociedade extraescolar está à frente do desenvolvimento através das ofertas sociais. Enquanto a escola se mantém atrasada sem nenhuma condição inovadora para competir com o mundo social fora da escola, torna-se difícil reverter este quadro da evasão escolar, a não ser que o corpo escolar procure novas metodologias através da criatividade humana, didática e pedagógica.

Sabemos que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes jovens e para isso é preciso, professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador. Tendo em vista o mundo globalizado que vivemos e que se faz necessária essa constante análise das práticas pedagógicas no sentido de incentivar e motivar os alunos.

Quem são os alunos evadidos?

Os anos 2014 e 2015, estudados nessa pesquisa, contaram com 499 matrículas nos cursos de habilitação técnica, com carga horária de 1200 h, divididas em 32 turmas, sendo, 13 no turno da manhã, 07 no turno da tarde, e 12 no turno noturno. Já 224 desses alunos, ou seja,

45% abandonaram o curso, assim sendo, tentaremos entender essas evasões com os dados coletados pelo Sistema de Gestão Educacional da unidade.

Pelos dados coletados, percebeu-se que a 58% desses alunos são do sexo feminino e 42% masculino.

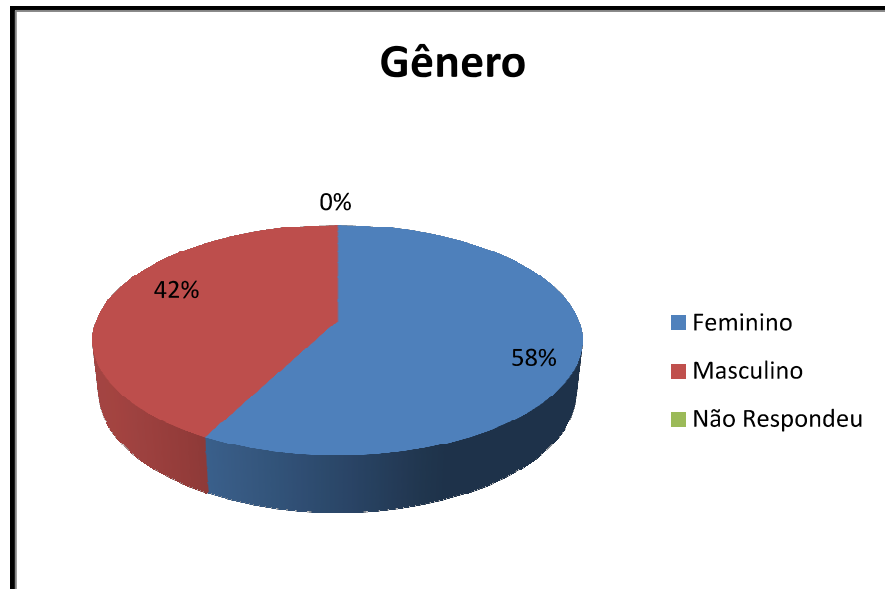


Gráfico 09: Gênero dos alunos
Fonte: Sistema de Gestão

Conforme mostra o gráfico abaixo, a maior faixa etária é entre 15 e 20 anos, totalizando 80% das matrículas efetuadas.

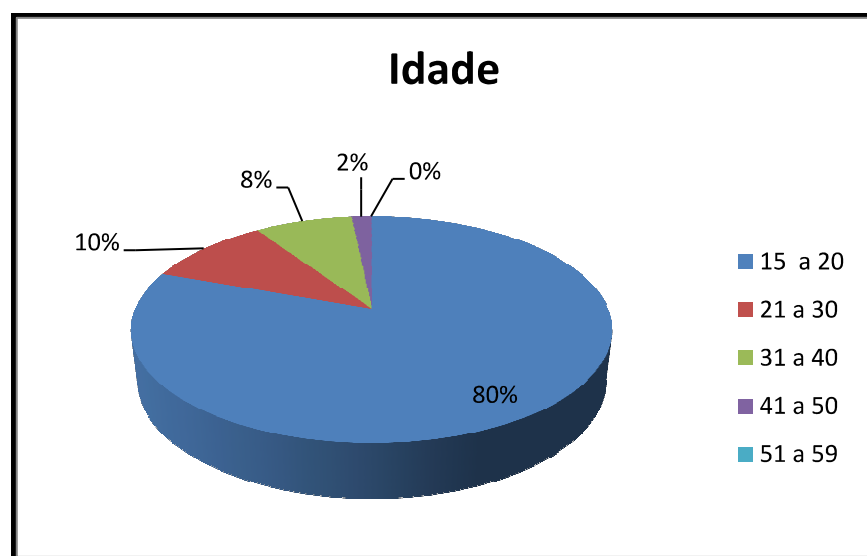


Gráfico 10: Idade dos alunos
Fonte: Sistema de Gestão

No gráfico 11, apresentamos, por turma, o número de alunos ingressantes.

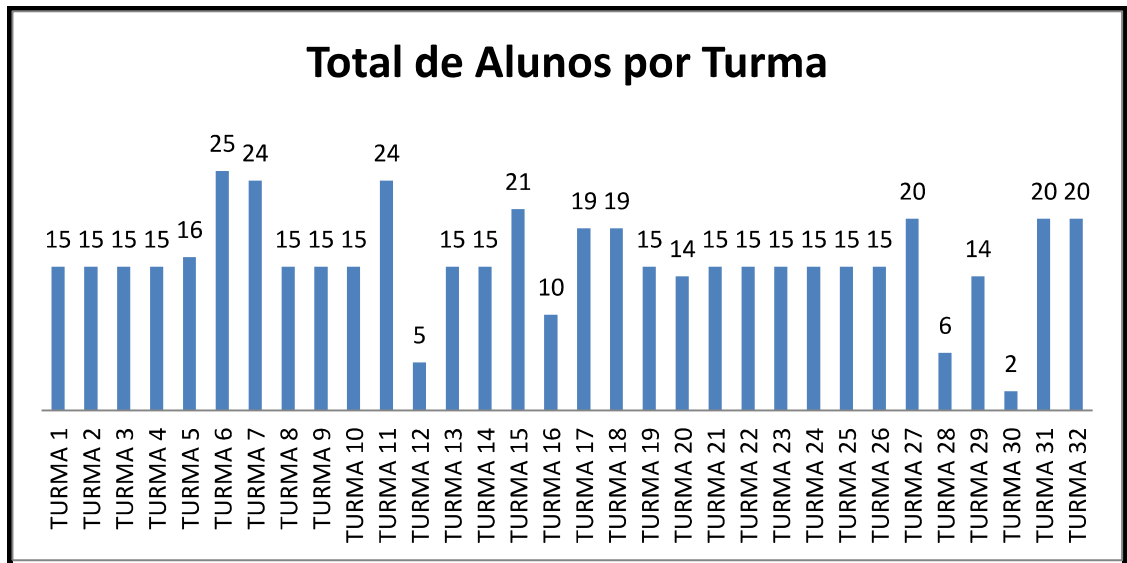


Gráfico 11: Total de alunos por turma
Fonte: Sistema de Gestão

O próximo gráfico (gráfico 12), aponta o índice de evadidos por turma. É importante ressaltar que para a unidade pesquisada, alunos evadidos são aqueles que deixam de frequentar o curso após 20% da carga horária do curso, o que difere dos alunos desistentes, que são aqueles que nunca compareceram. Os dados analisados indicam que é alto a quantidade de alunos evadidos.

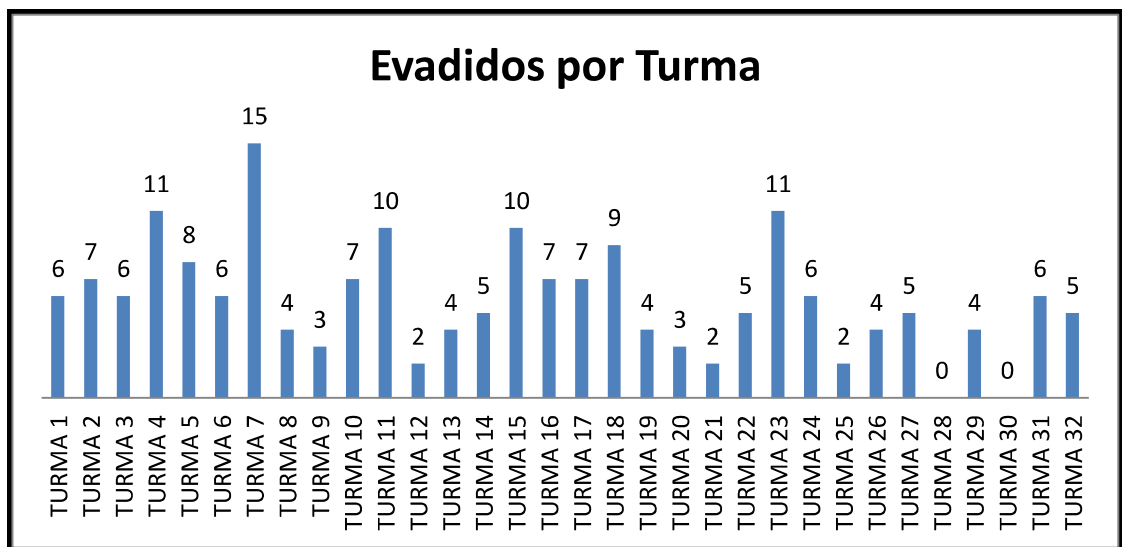


Gráfico 12: Índice de evadidos por turma
Fonte: Sistema de Gestão

Como evidencia o gráfico a seguir, o maior motivo de evasão, na unidade que foi pesquisada, é a situação financeira dos alunos, na qual 45% dos participantes estão com a renda familiar na média de até dois salários, seguido da necessidade de trabalhar, totalizando 33% dos alunos evadidos que mencionaram ainda ser difícil trabalhar e estudar.

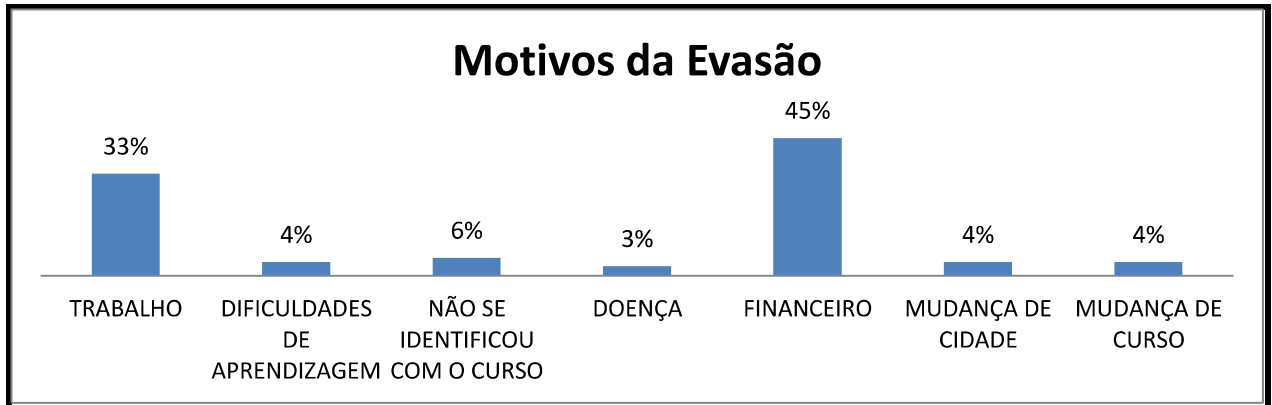


Gráfico 13: Motivos da evasão
Fonte: Sistema de Gestão

O gráfico a seguir, mostra a quantidade de alunos que concluíram o curso por turma, percebe-se que após o acompanhamento constante, e a implantação das ações adotadas pela equipe do setor de educação da unidade estudada o índice de conclusão aumentou.

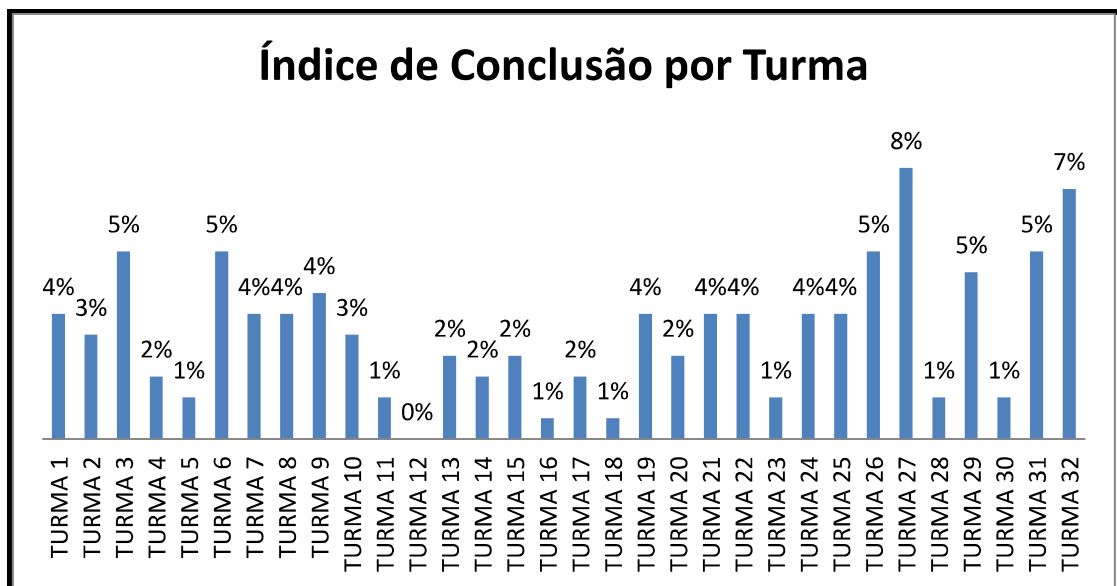


Gráfico 14: Índice de conclusão por turma
Fonte: Sistema de Gestão

E a última análise desta pesquisa foi apontar qual o turno com maior incidência de evasão, o que nos evidencia que o turno da manhã é o que tem maior percentual, o que concluímos que seja a necessidade do aluno trabalhar para complementar a renda familiar o causador desse índice.

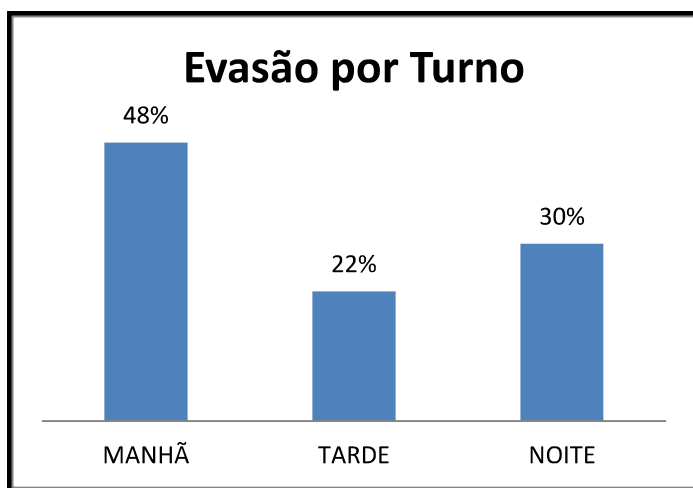


Gráfico 15: Evasão por turno
Fonte: Sistema de Gestão

5 AÇÕES IMPLANTADAS PELA UNIDADE

Trabalhar na secretaria escolar possibilitou à pesquisadora, a percepção de que não existiam estratégias definidas para acompanhar a situação de cada turma, bem como a quantidade de alunos concluintes e evadidos do curso técnico até o ano de 2013.

Para modificar essa realidade e verificar quais os motivos da desistência dos cursos, foram criadas algumas estratégias para o acompanhamento dos alunos. Dentre elas, destacam-se as seguintes:

Em primeiro lugar foi preciso um trabalho de conscientização com os professores para que a frequência seja apontada diariamente e assim mais fácil de identificar os alunos com pretensão de evadir;

Reuniões mensais para discussão e verificação da situação de cada turma, com vistas à análise da quantidade de alunos evadidos;

Criação de uma planilha, por turma, de acompanhamento de faltas;

Encaminhamento do aluno faltoso feito pelo professor para o SOPE;

Contato com os alunos com faltas consecutivas em duas semanas, feito pela psicóloga educacional, depois que a mesma recebe um encaminhamento;

Conversa entre o aluno, a psicóloga educacional da unidade e a coordenação pedagógica, sempre que há a manifestação de desistência do curso;
Identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso;
Acompanhamento constante dos alunos que estão na fase final do curso, na etapa de elaboração e entrega do trabalho de conclusão, com o intuito de que estes consigam concluir o curso.

Uma das ações tomadas em conjunto com gestão e secretaria escolar da unidade, é que o aluno, com intenção de abandonar o curso, formaliza sua situação na secretaria. Assim, a instituição consegue conversar com o aluno e verificar os reais motivos da desistência. É importante evidenciar que esse convívio com os alunos ao longo desse processo foi essencial, pois se torna possível fazer um acompanhamento das atividades pendentes, orientar os alunos para o desenvolvimento do trabalho final e, conseqüentemente, para a conclusão do curso.

Verifica-se mais nitidamente, com uma vivência na unidade, que a necessidade de gerar diversas ações para fazer com que os alunos se mantenham num curso é imprescindível. Ações devem ser elaboradas e mantidas para atender às mais variadas necessidades dos alunos. Envolver os docentes é outro ponto fundamental, principalmente se forem criadas estratégias que os mantenham no curso. O enriquecimento extraescolar, a educação orientada, a capacitação dos professores, o aprendizado individualizado e a orientação para o mercado de trabalho são alguns dos indicadores que precisam ser desenvolvidos junto aos alunos para nortear seu caminho

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de identificar as principais causas de evasão dos programas referentes aos cursos técnico-profissionalizantes e, dentro dessa projeção investigativa, caracterizar o perfil dos alunos evadidos, identificar os motivos geradores da falta de interesse e o que predispõe à desmotivação.

Os motivos que levam à evasão estão relacionados às atitudes que o aluno tem diante das suas pretensões com relação ao curso, sua adaptação, como também a vários fatores externos, a exemplo da ausência do reforço social da família, incentivo dos amigos, situação financeira precária a que estão submetidos fora dos muros da instituição e, na maioria das vezes, pela fraca e/ou carente metodologia aplicada pelos docentes ao ministrarem os cursos.

Daí que 40 % dos alunos responderam que a metodologia utilizada em sala de aula muitas vezes não causa motivação, 23% disseram que a mobilidade dificulta o andamento do curso, 20% responderam que os problemas com a situação financeira é outra dificuldade, 10% apontaram outras particularidades que dificultam e 1% não se identificaram com o curso.

O referido artigo, por meio dessa proposta investigativa como esse deveria ser capaz de identificar quais as melhores práticas a serem adotadas pelas instituições de ensino que ministram cursos técnicos com intuito de reter alunos. Conhecer as causas dessa evasão pode ser determinante para criar estratégias que possam minimizar as evasões e o que leva a ocorrer esse fenômeno. Segundo DORE (2013), “A evasão é um processo [...] Identificar esse aluno é um trabalho difícil, mas muito menos complexo do que o de trazer o aluno de volta para a escola, depois que já a abandonou”.

Muito se tem divulgado sobre o fortalecimento da indústria como forma de dar continuidade ao crescimento econômico brasileiro, destaque esse fomentado pela classe política acerca de investir em inovação, ciência, tecnologia e capacitação profissional. Espera-se, portanto, que haja uma gerência voltada para o planejamento de uma política educacional mais engajada em aprimorar um sistema de metodologias e aplicabilidade de técnicas que respeitem as diferenças e características de seus alunos, de maneira a provocar o envolvimento e a responsabilidade dos participantes, com a finalidade imediata de se evitar a evasão escolar.

Deste modo, os resultados desta pesquisa podem colaborar para conhecermos o perfil de alunos com maior propensão a abandonar os cursos técnicos. Todavia, não bastam apenas termos conhecimento desse perfil, é preciso utilizar este conhecimento para aplicar meios de combate a este fenômeno e, assim, diminuirmos a taxa de evasão na educação profissional.

Podemos, então, fomentar que este estudo sobre evasão escolar é um convite à reflexão mais aprofundada sobre o tema para que sejam formadas e concretizadas novas propostas metodológicas acerca de um ensino qualificado, que permitam, não só formar profissionais verdadeiramente capacitados, mas conduzir o ser humano dentro da sociedade em que está inserido a ter uma melhor qualidade de vida junto à família, conquistando, não só melhores posições no mercado de trabalho, como também mudando a sua realidade econômica e social.

SCHOOL EVASION IN VOCATIONAL EDUCATION: A CASE STUDY

ABSTRACT

This article has the purpose of analyzing the main reasons for the School Evasion in the technical habilitation courses in shoes offered in a unit of SENAI-PB, in order to indicate the profile of the students evaded or who are predisposed to abandon / evade. Quantitative and qualitative research was used for the collection of data, through a semi-structured questionnaire with the students in progress, but with rates of evasion and documental analysis, based on the information generated by the Unit's Educational Management System. The researched universe consisted of 100 students who participated in this research answering the questionnaire. Our theoretical reference is formed by the concepts of school evasion of Gaioso (2005), Riffel and Malacarne (2010) and the causes that motivate this phenomenon of Barroso and Falcão (2004), Fonseca (1961) and Dore (2013). It is observed that social, economic and cultural diversities contribute to the plurality of causes related to evasion. Thus, the results of this study allow proposing actions around pedagogical and family orientations, as well as suggesting the implementation of more practical classes focused on labor market requirements, which can be adopted as ways to ensure students stay in the course

Keywords: Vocational school. Teaching. School dropout. Participatory planning.

REFERÊNCIAS

_____. Departamento Nacional. **Falta de trabalhador qualificado na indústria**. Brasília. Confederação Nacional da Indústria, 2011b.

_____. Departamento Nacional. **Educação para o mundo do trabalho: a rota para a produtividade**. Brasília, CNI, 2014d.

_____. Departamento Nacional. **Falta de Trabalhador Qualificado na Indústria**. Brasília. Confederação Nacional da Indústria, 2013c. ISSN 2317-7330.

_____. **Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Ministério da Educação, 2004.

AULETE, F. J. **Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa**: edição de bolso. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon; Porto Alegre: L&PM, 2007.

BARROSO, M. F.; FALCÃO, E. B. M. “**Evasão Universitária: O Caso do Instituto de Física da UFRJ**”. IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Física, 2004.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Distrito Federal: Senado, 1999.

BRASIL. LDB (1996). **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 02 de Novembro de 2016.

BRASIL. **LEI N. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1971.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Presidência da República, 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do Censo Escolar 2009**. Brasília: MEC/INEP, 2009.

BRASIL. **PARECER CNE/CEB Nº 16 de 21 de janeiro de 1999**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: 1999

DORE, R. **Evasão e repetência na rede federal de educação profissional**. Programa Observatório da Educação – CAPES/INEP Maceió, Alagoas, set. 2013.

DORE, R; LÜSCHER, A. Z. **A permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41 n. 144, set./dez. 2011.

FONSECA, S. C. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, Escola Técnica Federal, p. 297, 1961.

GAIOSO, N. P. L. **Evasão discente na educação superior: a perspectiva dos dirigentes e dos alunos**. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GOMES, C.F.S.; BASTOS, O. **A evasão escolar no Ensino Técnico: um estudo de caso do CEFET-RJ**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 13, n. 32.

KUENZER, Acácia Z. (org). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, S.A.S.; TASSONI, E.C.M. **Afetividade no processo de ensino aprendizagem: as contribuições da Teoria Walloniana**. Educação, PUC-RS, V 36, n. 2, 2013.

LOPES, N. 2010, Como combater o abandono e a evasão escolar. Revista Nova Escola.

Disponível em: <http://gestaoescolar.org.br/aprendizagem/como-combater-abandono-evasao-escolar-falta-alunos-abandono-acompanhamento-frequencia-551821.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

LÜSCHER, A. Z; DORE, R. **Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar**. RBPG, Brasília, supl. 1, v.8, 2011.

MACHADO, Marcela R. L.; MOREIRA, Priscila R. **Educação profissional no Brasil, evasão escolar e transição para o mundo do trabalho**. Disponível em: <www.senept.cefetmg.br/galerias/.../TerxaTema3Poster9.pdf>. Acesso em: 22 out.2016.

MENEGOLLA, M. **Didática: aprender a ensinar**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1989.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Education at a glance. Paris, 2003.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão Escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina – PR**, 2010.

SILVA, R. A. **Educação Técnica e Profissional e a Lei do Pronatec**. Rev. DEMOCRATIZAR, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 02 – 14, 2012.